



ACÓRDÃO Nº 626/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 1948/2012 (21 volumes).**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN.
- 4- **Exercício:** 2011.
- 5- **Responsáveis:** Sr. Djalma Dutra Filho (Ordenador de Despesa) e Sra. Mônica Antony de Queiroz Melo (Gestor).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICA/AM e DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1701/2017-MP-JBS, do Dr. João Barroso de Souza, Procurador de Contas (fls. 4034/4034v).
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual.
Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN.
Exercício de 2011.

*Regularidade, com Ressalvas. Multa.
Recomendação.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar Regular, com Ressalvas** a Prestação de Contas do **Sr. Djalma Dutra Filho**, na qualidade de Ordenador de Despesas, bem como da **Sra. Mônica Antony de Queiroz Melo**, Diretora Presidente, responsáveis pelo **Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/AM**, no curso do exercício de 2011, nos termos do inciso II do art. 22, da Lei nº 2.423/96;
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sra. Djalma Dutra Filho**, na qualidade de Ordenador de Despesas, no valor de **R\$ 10.000,00 (dez mil reais)**, nos termos do artigo 53, parágrafo único da Lei nº 2423/96, em razão das demais impropriedades não sanadas ou sanadas parcialmente contidas nos autos, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ. O recolhimento deve ser feito no



ACÓRDÃO Nº 626/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

prazo de **30 dias**.

- 10.3. Aplicar Multa** ao **Sra. Mônica Antony de Queiroz Melo** - Diretora Presidente do DETRAN à época, no valor de **R\$ 10.000,00 (dez mil reais)** nos termos do artigo 53, parágrafo único da Lei nº 2423/96, em razão das demais impropriedades não sanadas ou sanadas parcialmente contidas nos autos; que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ. O recolhimento deve ser feito no prazo de **30 dias**.
- 10.4. Recomendar** ao Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN, a estrita observância das normas constitucionais e legais aplicáveis, notadamente as contidas na Lei nº 4.320/64, Lei 8.666/93, Lei nº 101/2000 (LRF), Lei nº 2.423/96 (Lei Orgânica do TCE/AM), Resolução nº 04/2002 (Regimento Interno do TCE/AM) e demais Resoluções desta Corte;

Vencido o Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva que votou acompanhando a proposta de voto do Auditor-Relator, pela irregularidade das contas e outras cominações legais.

11- Ata: 19ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 13 de Junho de 2017.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JUNIOR

Conselheiro-Presidente

ALIPIO REIS FIRMO FILHO

Auditor-Relator

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira Redatora

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral